



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168412 - RJ (2019/0283157-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
SUSCITANTE : GOL LINHAS AEREAS S.A.
SUSCITANTE : GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A
ADVOGADOS : CRISTINA MARIA XAVIER DA CUNHA PANIZ E OUTRO(S) -
SP091689
OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ - DF015553
NATALIA DA COSTA CRIVELARO CARONE - SP257476
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE
JANEIRO - RJ
SUSCITADO : JUÍZO DA 69A VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO - RJ
INTERES. : FERNANDO HENNEMANN
ADVOGADOS : FREDERICO DE MOURA LEITE ESTEFAN - RJ079995
BRUNO ZEFERINO PIRES - RJ150257

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, instaurado por GOL LINHAS AÉREAS S.A. e OUTRO, envolvendo o Juízo de Direito da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ, no qual se processa a recuperação/falência do GRUPO VARIG, arrematado em parte pelas suscitantes, e o Juízo da 69ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ, onde tramita Reclamação Trabalhista movida por Fernando Hennemann (Processo nº 0157800-51.2008.5.01.0069).

Em síntese, sustentam as suscitantes que o Juízo Laboral, nos autos da referida reclamação trabalhista, está lhes atribuindo responsabilidade por obrigações do GRUPO VARIG, embora exista decisão do Juízo de Direito da 1.ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro declarando não ter havido sucessão empresarial na hipótese.

Alegando que foram determinados atos constitutivos nos autos da demanda trabalhista, com iminência da liberação dos valores arrecadados, requerem que o presente incidente seja decidido de plano, definindo-se desde logo, o juízo competente para emanar as ordens executórias.

Sucessivamente, pugnam pela concessão de liminar visando a suspensão da aludida reclamação trabalhista, com designação de um dos juízos suscitados para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

No mérito, as insurgentes pugnam pelo conhecimento do presente incidente, para que seja reconhecida, nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, a competência do Juízo Universal, bem como para que sejam anuladas todas as decisões proferidas pelo juízo reputado incompetente.

Às fls. 235/238, este signatário deferiu, em parte, o pedido liminar a fim de sobrestar quaisquer determinações constitutivas/expropriatórias do Juízo da 69ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ que afetem o patrimônio das empresas suscitantes nos autos do Processo nº 0157800-51.2008.5.01.0069, e designar o r. Juízo de Direito da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes, até ulterior deliberação deste relator.

Prestadas as informações pelo r. juízo trabalhista. (fls. 242/248)

É o relatório.

Decisão.

1. Inicialmente, destaca-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o conhecimento e processamento do presente conflito, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

2. A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o Juízo Universal é o competente para a execução dos créditos apurados nas ações individuais propostas em face da Varig S/A e das suscitantes (arrematantes da "Unidade Produtiva Varig" - UPV), sobretudo porque, no que se refere à arrematação judicial da UPV, ficou consignado em edital, nos termos da Lei nº 11.101/05, que sua transmissão não acarretaria a assunção de seu passivo. Nesse sentido, confira-se: AgRg no CC 112.638/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/08/2011, DJe 19/08/2011; AgInt no CC 121.276/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/12/2016, DJe 08/02/2017.

3. Do exposto, conheço do presente conflito e, por conseguinte, declaro a competência do r. juízo da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator